

Maria Clotilde Cristino*

Um novo olhar sobre as *Conversas em Família* de Marcello Caetano

R E S U M O | *Ao longo do século XX, assistiu-se, por todo o mundo civilizado, a um notável desenvolvimento dos meios de comunicação, que foram adquirindo um papel cada vez mais influente nas sociedades. Os poderes políticos depressa o compreenderam, esforçando-se por controlá-los. Entre nós, foi Marcello Caetano quem melhor lhe percebeu as virtualidades, dispondo-se a usá-los (em particular a recém-chegada Televisão), ao serviço do seu Governo e da sua política. As «Conversas em Família» proporcionaram-lhe um canal privilegiado de ligação directa com os seus governados, para falar, em linguagem simples e de modo informal, sobre alguns assuntos da governação do País. Cada «Conversa» era como que uma aula. Mas, por trás de cada mensagem, apesar do tom informal, havia (encoberta) uma óbvia intencionalidade política: propaganda. Palavras-chave: "Marcello", "Televisão", "Conversas em Família".*

A B S T R A C T | *During XXth century, there was, throughout the civilized world, a remarkable development of media, which were acquiring an increasingly influential role in societies. That was quickly understood by political powers, who endeavored to control them. Among us, Marcello Caetano was the best informed about their virtualities, willing to use them (especially the newcomer Television) in service of his government and its policies. "Family Talks" afforded him a privileged channel for direct connection with people, to speak in plain language and informally, regarding some matters of country's governance. Each "Talk" was like a lesson. But behind every message, despite the informal tone, there was (covert) an obvious political intentionality: propaganda. Keywords: "Marcello", "Television", "Family Talks".*

Ao longo do século XX, assistiu-se, por todo o mundo civilizado a um prodigioso desenvolvimento dos meios de comunicação. Dentre todos, a imprensa, a rádio e o cinema (apesar de terem sido inventados anteriormente) registaram, na primeira metade do século, uma assinalável evolução tecnológica, principalmente a seguir à primeira guerra mundial. No desenvolvimento dos avanços científicos alcançados, surgiu a televisão (que chegaria a Portugal na segunda metade do século, numa altura em que os Estados Unidos davam, já, os primeiros passos nas emissões regulares, a cores) e, décadas depois, haveria de surgir a Internet.

As alterações económicas, sociais e culturais provocadas pelo desenvolvimento capitalista e pela industrialização geraram novas necessidades comunicacionais a que houve que corresponder,

* Mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

pelo que as alterações e inovações não se fizeram esperar. E, nessa dinâmica, os próprios meios de comunicação (cada vez mais social, porque mais abrangente, mais de massas...) foram adquirindo um papel mais influente e preponderante nas sociedades: divulgaram novos estilos de vida, novos hábitos, novos valores, ajudaram à massificação da vida pública, à implantação de regimes totalitários e à consolidação da sociedade de consumo em que ainda hoje vivemos. O próprio discurso político foi-se alterando de acordo com o contexto histórico em que se inseria e com as possibilidades de difusão de que dispunha. Os meios de comunicação deixavam de ser meros canais neutros que simplesmente registam uma realidade que lhes é externa. E também não contribuem somente para a formação da opinião individual: eles promovem a formação de uma opinião pública e alimentam um certo «imaginário colectivo».

Uma tamanha influência na vida das comunidades não podia ficar indiferente aos poderes políticos que, rapidamente, perceberam as vantagens de aproveitarem esses canais privilegiados para a sua relação com as pessoas, procurando controlá-los. Essa tendência manifestou-se praticamente desde o aparecimento da imprensa, sendo o domínio refinado à medida que as sociedades foram evoluindo, de modo a utilizá-los de modo sistemático para transmitirem as suas mensagens, sejam de mera e isenta informação, sejam de complexa e manipulada propaganda.

A profunda transformação dos meios de comunicação acarretou, por isso, uma acentuada modificação do ambiente político, de que se constituiu parte integrante, a ponto de ser cada vez mais consensual a ideia de que não há política sem comunicação, ao mesmo tempo que se reconhece que a comunicação tem sempre uma componente política explicitada pela forma como a sociedade se organiza em resultado do surgimento de novas tecnologias e pelo modo como é influenciada, em maior ou menor escala, pelos meios em presença.

Um aspecto de particular relevância, que se impõe salientar, neste contexto, é o que resulta nas alterações discursivas e de imagem introduzidas pelas inovações tecnológicas nos meios de comunicação: um discurso metafórico, erudito e elaborado, que poderia resultar numa conferência ou numa comunicação directa e, até, mesmo, na imprensa, já não será tão entendível e aceitável numa comunicação pela rádio e será completamente impossível em televisão. Na presença directa, privilegia-se uma boa imagem física, de beleza e porte, bons dotes oratórios; no rádio, interessa uma boa dicção e na televisão impõe-se um discurso curto, envolvente, e uma presença simpática e cativante. A principal janela para o mundo, que «molda» a realidade de tanta gente, vive de emoções e sentimentos, em tempos tão limitados que tudo se resume a breves impressões. Não há margem para uma postura activa, crítica e distanciada, mas, antes, para a passividade e dependência das imagens que a Televisão apresenta, levando o telespectador a dar maior credibilidade a essas imagens e a orientar os seus pensamentos e comportamentos de acordo com a visão do mundo que lhe é transmitida.

Os novos meios deram, por isso, lugar a novos tipos de políticos, que melhor soubessem tirar partido e utilizá-los. Sucedeu assim com Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos, e também com Adolf Hitler, na Alemanha, que se tornaram verdadeiros símbolos da política na era da rádio. Mais tarde, em 1939, Roosevelt tornou-se, também, no primeiro presidente dos Estados Unidos a utilizar a televisão, apesar de já ser usada no país há vários anos.

Portugal era, neste contexto, um país como os demais, inserido numa Europa cujos progressos ia acompanhando e assimilando, e onde os meios de comunicação eram, igualmente, usados como instrumentos políticos.

1. A Televisão e o poder

Segundo Maria Antónia Palla, o poder político instituído tem dificuldades em resistir ao

controlo dos meios de comunicação, e, em particular, da televisão, que lhe torna muito mais facilitada a tarefa de veicular as mensagens que lhe sejam favoráveis. Vantagem que resulta reforçada se, em contrapartida, a oposição não lhe puder aceder. “Esta realidade foi muito rapidamente compreendida por Marcello Caetano, que soube servir-se da televisão para transmitir a sua visão da sociedade e da política”¹.

Ao contrário de Marcello, Salazar poucas vezes utilizou a imprensa, a rádio e a televisão para se dirigir directamente ao país, por escrito ou verbalmente. Não gostava de improvisar e preferia discursar, lendo textos cuidadosamente elaborados, em que media o significado e o alcance de cada palavra e de cada vírgula que escrevia. Mesmo quando a televisão apareceu, em 1957, não lhe atribuiu grande valor e raramente a utilizou, porque jamais conseguiu descortinar-lhe o verdadeiro alcance.

Pelo contrário, Marcello Caetano (seu «delfim», na altura Ministro da Presidência, que haveria de suceder-lhe na chefia do Governo), percebeu perfeitamente (como nenhum outro governante, antes, alcançara) as virtualidades da Comunicação Social – e em particular da televisão – como forma de potenciar a difusão da sua mensagem política. Para tanto, contribuiria, decisivamente, não só a sua vasta experiência, colhida, desde muito novo, no jornalismo, mas a própria circunstância de ter sido pioneiro e, até, “o introdutor da televisão em Portugal”, como fez questão de se auto-intitular nas suas «Memórias»². De facto, por ele passou toda a dinâmica legal e toda a estratégia do novo serviço, assim como a responsabilidade na distribuição do capital entre o Estado e os outros accionistas. As emissões regulares de televisão começaram em 7 de Março de 1957 e Marcello foi o primeiro membro do Governo a utilizar a TV para expor ao País, em Junho desse ano, problemas de interesse geral.

Ao longo dos cerca de 17 anos de relação estreita entre o salazarismo (com Manuel Múrias), o caetanismo e a RTP, a televisão revelou-se, sem margem para dúvidas, um aparelho técnico e discursivo e um instrumento determinante para a legitimação e a longevidade do regime, como o próprio Marcello salientava, em carta dirigida a Ramiro Valadão, em 28 de Dezembro de 1970: “A televisão é nos tempos correntes um instrumento essencial da acção política e nós não podemos hesitar na sua utilização – nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda”³. Ou, numa outra, de 3 de Abril de 1972, em que precisava: “O controlo efectivo da televisão é essencial para o Governo”⁴.

Rui Cádima, na sua tese de doutoramento em Comunicação Social, explicitou uma série de razões justificativas do reconhecimento que faz de que a televisão se assumia como um prolongamento imprescindível do poder – “como um autêntico aparelho ideológico de Estado, verificando-se, nomeadamente no campo informativo, que o poder da imagem televisiva se dilui progressivamente na imagem do poder político”⁵. E, quando o dispositivo da informação diária se mostrava insuficiente, do ponto de vista propagandístico, para divulgar e promover as viagens do líder, ou os seus discursos, as reuniões da União Nacional, etc., optava-se pelas “edições especiais” ou pelas repetições e remontagens, sendo que, no caso das reportagens da visita de Marcello Caetano a África, esse efeito repetidor adquiria a dimensão e o registo claro do

¹ Maria Antónia Palla, «A renovação da imprensa, apesar da censura» in *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*, Vol. V, dir. António Reis (Lisboa: Publicações ALFA SA, 1989), 219.

² Francisco Rui Cádima, «Televisão» in *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II – M-Z, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Venda Nova: Bertrand Editora, 1996), 970.

³ *A Política de Informação no Regime Fascista*, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1º vol., Lisboa:1980), apud. Maria Antónia Palla, «A renovação da imprensa, apesar da censura», 219.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Francisco Rui Nunes Cádima, «O Telejornal e o Sistema Político em Portugal ao tempo de Salazar e Caetano (1957-1974)», (Diss. Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1992), 11.

espectáculo propagandístico. Era uma total subordinação da linha editorial à causa da propaganda do regime.

Marcello era, de facto, um *expert* na matéria: para além de ser um comunicador nato, ele conhecia como poucos as melhores técnicas para fazer passar a mensagem que lhe interessava e dominava como ninguém a nova tecnologia de comunicação, dispondo-se a usá-la, ao serviço do seu Governo e da sua política. Se era necessário criar uma nova imagem do regime – mais aberta, dialogante e participativa – que melhor veículo do que a recém-chegada Televisão, possibilitando entrar «de corpo e alma» pelas casas de Portugal? Para além da óbvia manipulação das programações, estudadas e concebidas em cumprimento de estratégias políticas cuidadosamente delineadas, do alinhamento dos serviços noticiosos (que asseguravam ampla cobertura das actividades e iniciativas do Governo, em toada cada vez mais reverente e laudatória), que melhor meio se poderia utilizar para fazer chegar a mensagem do Poder?

As «Conversas em Família» foram o exemplo dessa possibilidade, proporcionando a um chefe do Governo, com um estilo muito próprio, criar um canal privilegiado de ligação directa com os seus governados, que poderiam, até, viver distanciados dos discursos, das cerimónias oficiais, das inaugurações, das discussões da Assembleia... mas sempre teriam uns minutos, já depois do sol-posto, para ouvir, em linguagem simples, a «conversa» do Professor. A ponto de Rui Cádima afirmar que “1969 será essencialmente um ano em que a informação televisiva se centrará portanto na figura de Marcello Caetano, de uma forma, aliás, insistente”⁶.

2. Corpus documental e quadro metodológico

O facto de a matéria versada neste trabalho ter como actor/autor uma personalidade que assumiu, durante quase 6 anos, as funções de Chefe do Governo e a circunstância de o objecto de estudo serem algumas das suas alocações ao País constituíram razões fundamentais para se conseguir, com relativa facilidade, reunir um conjunto de documentação que servisse de suporte à abordagem.

A pesquisa desenvolvida foi eminentemente documental e incidiu sobre os registos dessas comunicações, quer em registo sonoro ou áudio-visual (como fontes primárias), quer em suporte escrito (como fontes secundárias), delas destacando as célebres «Conversas em Família».

Uma mera questão de oportunidade determinou a opção inicial pelas gravações áudio da ex-Emissora Nacional (EN).

Depois de obtida uma listagem da «Consulta de Sub-Registos» do tema «Conversas em Família», junto do Centro de Documentação da ex-RDP, procedeu-se à sua análise detalhada, constatando-se a existência de algumas repetições descritivas.

A audição dos registos áudio viria, depois, a evidenciar falhas no processamento sonoro, inviabilizando a correcta transcrição do teor das «Conversas».

Efectuaram-se cruzamentos de informação com documentação facultada pelo Arquivo Histórico da Rádio e Televisão de Portugal, SA (AHRTP), em Lisboa, e dos Arquivos da ex-RTP, agora ao nível do Arquivo Central (ACRTP), onde nos foi facultada uma listagem de pesquisa do RÉGIS.AV 56.97 (Registo dos Arquivos RTP de 1956 a 1997), que permitiram detectar diversas incongruências de registo, quer na datação, quer na cronometragem e na descrição dos conteúdos (há «Conversas» intituladas «Mensagem», «Comunicação», «Alocação» – termos, igualmente, utilizados, noutros contextos, para outro tipo de intervenções de Marcello, o que, em muitos casos, adensou, ainda mais, o manto nebuloso em que nos debatíamos).

Compilada e estruturada toda essa informação documental, passou-se ao visionamento dos

⁶ *Ibidem*, 448-449.

suportes áudio-visuais, possibilitado pela Direcção de Emissão e Arquivo da Rádio e Televisão de Portugal, SA, que disponibilizou as instalações e os equipamentos.

Conseguiu-se um manancial de informação complementar, que permitiu suprir as deficiências dos registos áudio da ex-EN e, adicionalmente, proporcionar a análise comportamental, a avaliação de expressão, o estudo descritivo do cenário, etc.

De posse de toda esta informação, inferiu-se uma cronologia das «Conversas», nuns casos exacta e noutras aproximada (casos duvidosos e de gravações soltas), que permitiu estruturar e orientar a pesquisa nos órgãos de imprensa que viria a tornar-se de fundamental importância. De facto, o desenvolvimento do trabalho, designadamente após a transcrição escrita das «Conversas» e o seu estudo detalhado (cronometragem, identificação de temáticas, etc.), permitiu o confronto dos textos obtidos pela audição/reprodução dos meios áudio-visuais com os publicados a partir dos textos facultados pelos serviços oficiais às redacções dos jornais. Detectaram-se algumas divergências no conteúdo dos textos comparados: ora, tendo em conta que o texto obtido a partir da gravação não pode ser adulterado e que o texto impresso respeitou (como a utilização das aspas sugere) a integralidade do texto oficial distribuído pelos órgãos de comunicação social, só pode concluir-se que, em pleno directo – e apesar do recurso ao teleponto – Marcello Caetano fez algumas variações ao discurso previamente preparado.

Este recurso adicional permitiu, ainda, esclarecer que algumas das alocações catalogadas como «Conversas em Família» não eram mais do que excertos parcelares das mesmas e, em alguns casos, «Comunicações ao País» ou «Mensagens», sem nada a ver com as ditas «Conversas».

Foi, igualmente, possível confirmar, ou corrigir, as datas em que, efectivamente, se registaram as «Conversas». Usaram-se, com essa finalidade, os jornais “Diário Popular”, “Diário de Notícias”, “Diário de Lisboa”, “O Século” e “Jornal do Fundão”, pesquisando-se as edições impressas existentes no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Hemeroteca de Lisboa, tomando como datas de referência as explicitadas nas listagens da ex-EN e da ex-RTP.

Verificou-se que, habitualmente, se fazia, na véspera ou no próprio dia, o que na gíria jornalística se designa por “lançamento” ou pré-anúncio das «Conversas», normalmente na 1ª página de todas as publicações, e que, a par do anúncio em 1ª página, no dia a seguir à comunicação televisiva, o respectivo texto foi publicado na íntegra numa das páginas interiores. Não é, todavia, uma prática uniforme, já que há casos em que assim não sucede.

Esta abordagem permitiu, ainda, outras constatações, decorrentes do maior ou menor grau de *alinhamento* que cada órgão de comunicação tinha com o Poder, designadamente pela forma como era feito o *lançamento* da notícia ou a publicação dos textos das «Conversas», os títulos escolhidos, os sub-títulos considerados mais expressivos, etc.

Assim se foi construindo o pequeno «puzzle» que veio a culminar na constituição de um *corpus* documental, composto por 26 documentos – as «Conversas em Família» – sobre as quais se fez, posteriormente, incidir um conjunto de técnicas organizadas em função de procedimentos metodológicos assentes na teoria desenvolvida por Laurence Bardin e descrita na “análise de conteúdo”.

A informação coligida foi, por uma questão de estruturação do trabalho, reunida e organizada, com base na tabela junta, que constitui o Anexo I – que evidencia como, a partir dum conjunto mais vasto de documentos, se processou o cruzamento de dados que permitiu estabelecer o *corpus documental*.

Algumas **hipóteses** se colocaram, à partida: tratar-se-iam de meras conversas, inócuas e desprezíveis, ou poderiam, pelo contrário, constituir acções de propaganda, destinadas a divulgar iniciativas do Governo e os princípios orientadores da sua acção política, procurando,

de forma mais ou menos velada, criar condições para envolver a população nas decisões, ou pelo menos, dar a aparência do apoio popular às medidas que iam sendo tomadas?

Estabeleceram-se como **objectivos**:

- identificar o número exacto de comunicações enquadradas neste «formato» televisivo;
- compreender a função destas intervenções; e
- avaliar o contributo que deram para a elevação do nível cultural da população.

Frequentemente, constatamos que algumas pessoas se destacam das demais devido a uma capacidade especial de utilizar as palavras, de as escolher e de as associar em mensagens bem delineadas e estruturadas, que asseguram uma fácil apreensão e compreensão do respectivo conteúdo por quem as ouve ou lê.

Na comunicação política, o discurso assume um papel de extrema importância no que se refere à interacção do agente político com os seus concidadãos. Analisar os discursos políticos tornou-se, por isso, extremamente importante, como forma de possibilitar que se ultrapasse a mera abordagem da leitura simples e directa e se consiga atingir a plenitude da mensagem, nas suas condicionantes e significados, perscrutando o seu conteúdo até ao mais recôndito dos seus termos e ao âmago do seu emissor. São várias as técnicas disponíveis e ensaiadas, ao longo dos anos, numa caminhada em busca do aperfeiçoamento, adequação e rentabilização dos procedimentos (tornando-os cada vez mais eficientes e produtivos).

Dentre todas, daremos particular realce à «análise de conteúdo», por ter sido a adoptada como metodologia estruturante do trabalho, com particular enfoque e suporte na obra com o mesmo nome de Laurence Bardin⁷: trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”⁸. Procura agrupar significados e não vocábulos e é aplicável a todos os *materiais significantes*, a todas as «comunicações». Pretende-se que não seja doutrinal nem normativa, embora se reconheça como “é difícil afastar toda e qualquer implicação ideológica, mesmo multiplicando as técnicas de rigor e validação”⁹. Pode incidir sobre qualquer tipo de comunicação – seja oral ou escrita, assente em imagens ou textos¹⁰. Quando integrada e complementada por outros instrumentos de estudo, pode tornar-se extremamente valiosa e produtiva.

Trata-se, afinal, de fazer intervir os processos cognitivos, mediante um trabalho mental que permite obter *o que se pretende dizer* a partir daquilo que foi *efectivamente dito*. A partir dos resultados da análise, poder-se-á regressar às causas, ou, até, descer aos efeitos das características das comunicações, mas os significados das mensagens não são necessariamente os mesmos para todos, ficando, por isso, implícita uma certa ideia de subjectividade na interpretação.

São três as fases em volta das quais se organiza a «análise»: a **pré-análise**, a **exploração** do material e o **tratamento** dos resultados/inferência/interpretação.

A pré-análise é a fase de organização, propriamente dita. É um período de intuições: faz-se a escolha dos documentos que serão analisados, formulam-se as hipóteses e os objectivos e elaboram-se os indicadores que fundamentarão a interpretação final. Estando decidido o que estudar, é necessário proceder à constituição do *corpus* – que é o material que será submetido a análise. No caso deste trabalho, o «corpus» será constituído pelo conjunto das «Conversas em

⁷ Laurence Bardin, *L'analyse de contenu*, trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro (Lisboa: Edições 70, 1979), 14.

⁸ *Ibidem*, 42.

⁹ *Idem*, 14.

¹⁰ John W. Best, *Como Investigar en Educación*, versão e adaptação de G. Gonzalo Mainer (Madrid: Ed. Morata, 1967), 75.

Família».

A partir dessa primeira fase da análise exploratória, é necessário saber “a razão *porque é que se analisa*, e explicitá-lo de modo a que se possa saber *como analisar*”¹¹. Entramos na fase de codificação, que permite «tratar» o material; corresponde a uma transformação, apoiada em regras concretas.

Para que se organize a codificação são precisas 3 escolhas: das unidades (o recorte), das regras de contagem (a enumeração) e das categorias (a classificação e a agregação). Na primeira escolha, tem que se atender a quais os elementos do texto a ter em conta e à forma como se deve fragmentar o texto, sempre em elementos completos. Teremos, então, «unidades de registo», que são as unidades de significação a codificar e correspondem aos segmentos de conteúdo a considerar como unidades de base (*palavras* ou *temas*, por exemplo, *objectos* ou temas-eixo, *personagens*, *acontecimentos* e *documentos*).

Entre as técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é a mais utilizada e, cronologicamente, a mais antiga. Vai, também, de resto, assumir particular realce por ser a que seguiremos no desenvolvimento deste trabalho. A *categorização* é um processo de estruturação em que se organizam os elementos constitutivos de um conjunto, primeiro, individualizados por diferenças e, na fase seguinte, reagrupados por analogias. Consiste no reagrupamento de temas específicos com critérios previamente definidos, ou, por outras palavras, numa série de “operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias, segundo reagrupamentos analógicos”¹². Ou seja, classificar elementos em categorias impõe uma certa investigação por temas ou termos análogos.

No que concerne às diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou *análise temática*, é rápida e eficaz quando aplicada a discursos directos e simples. Assenta em duas etapas: o inventário (que implica isolar os elementos, isto é separar os diferentes temas) e a classificação (a fase em que se repartem os elementos individualizados, organizando as *mensagens*, representando de forma simplificada os dados *brutos*, ou, por outras palavras, organizar os temas analisados).

Pretendeu-se com a realização deste estudo fazer uma abordagem crítica a um período importante da vida do País, incidindo num dos eixos centrais para o seu desenvolvimento, como foi o uso dos *media* e, em especial, da Televisão. Referimo-nos ao “Marcelismo” (período correspondente ao exercício de funções como Primeiro-Ministro do Professor Marcello Caetano, que decorreu entre Setembro de 1968 e 25 de Abril de 1974, quando a “Revolução dos Cravos”, desencadeada pelos militares, destituiu os governantes e assumiu o poder, abrindo o caminho para a democracia e a descolonização).

3. As «Conversas em Família»

No dia 8 de Janeiro de 1969, através da Rádio e (em particular) da Televisão, após o jantar, o Professor Marcello Caetano entrou, pela primeira vez, pelas casas das famílias portuguesas, com o objectivo de lhes falar abertamente sobre alguns dos assuntos da governação do País. Insigne Professor de Direito, historiador eminente e académico prestigiado, Marcello Caetano “era considerado como um homem de honestidade pessoal e profissional”¹³, no dizer de Jaime Nogueira Pinto. Estes predicados e as boas relações que mantinha com toda a facção liberal e tecnocrata (de quem lhe vinham os mais fortes apoios e incentivos para desencadear as ansiadas

¹¹ Bardin, *L'analyse de contenu*, 103.

¹² *Ibidem*, 153.

¹³ Jaime Nogueira Pinto, *O Fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril* (2ª ed., Linda-a-Velha: DIFEL, 1995), 154.

reformas, sobretudo políticas, económicas e sociais) e com a oposição não comunista geraram elevadas expectativas em torno da sua nomeação e constituíram, mesmo, uma janela de esperança para a Oposição. “Pareceu-me conveniente – dizia Marcello, logo a abrir a primeira «Conversa» – que, sobretudo no período que estamos a viver, houvesse possibilidade de contactos frequentes entre os que têm a responsabilidade do poder e o comum dos portugueses. (...) Os actuais meios de comunicação permitem conversar directamente com as pessoas, sem formalismo, sem solenidades, sempre que seja julgado oportuno ou necessário. É essa conversa em família que vou tentar estabelecer de vez em quando através da rádio e televisão”.

Era a primeira de uma série de “aparições” que haveriam de ocorrer, com alguma regularidade, até ao final do seu mandato: as célebres «Conversas em Família» – um espaço de ligação unidireccional, em que o governante, no seu jeito doutoral (assumindo o papel de Mestre e Professor, mas simultaneamente com alguma informalidade e com a bonomia do Pai, ou do «chefe-de-família»), adoptava uma atitude menos formal, mais pessoal (familiar, até!), para falar das suas actividades, das suas preocupações, dos seus projectos, partilhava com o País as dificuldades da governação e explicava detalhadamente as medidas que o Governo tomava, procurando suscitar a adesão popular às suas ideias. Marcello achava que era importante assegurar “rigor” na informação e desfazer boatos, a par de procurar estabelecer um pretenso envolvimento do povo nas decisões da liderança. Daí, a necessidade de «conversar» com o povo, de lhe narrar os factos – os seus factos, tudo quanto preenchia os dias do chefe de Governo, lhe ocupava o pensamento e lhe reclamava acção e intervenção, iniciando um trabalho «doutrinário» de ofensiva político-ideológica que reclamara nas décadas anteriores: “Nem sempre as circunstâncias proporcionam ao Chefe do Governo oportunidade para, num discurso, esclarecer o seu pensamento ou elucidar o público sobre problemas correntes ou objectivos a atingir”.

Segundo Vasco Hogan Teves, na «História da Televisão em Portugal»: “Frente às câmaras da RTP procurou para o discurso político outro sentido que não o tradicional enfatuido e gasto; manteve-se sobretudo atento à obrigação de virar a imagem do longo consulado de Salazar e, sob este aspecto, as «Conversas» terão provado alguma eficácia. Sem romper com a intenção da palavra, viu-se que estava ali uma certa entrega, estudada, ao poder fascinadamente persuasor da imagem”¹⁴.

A valorização da imagem para que Marcello pudesse falar aos portugueses, como pretendia, de olhos nos olhos, passaria por múltiplos aspectos, sobressaindo o cenário, desprovido de elementos perturbadores ou dissuasores da atenção que pretendia captar: um painel, com almofadas de madeira, de desenho simples e linear, servia de “fundo”. Antepunha-se-lhe o Professor, “bem instalado num cadeirão forrado a napa preta, com formato anatômico, e também mandado comprar especialmente”¹⁵.

Noutro passo da obra, Vasco Teves conta um episódio ocorrido com Helder Mendes, que realizou as primeiras «Conversas em Família»: “O prof. Marcello Caetano ficou um dia muito mal disposto porque eu lhe disse que ele devia aparecer como o prof. Vitorino Nemésio, para se ver os braços e as pernas. Uma vez que era conversa em família devia de ter uma figura de marca completamente diferente. Mas ele não aceitou isso bem. Tanto que eu pedi ao dr. Valadão para não fazer o programa. Foi o Alfredo Tropa que me substituiu”¹⁶.

A preocupação de que as «Conversas» tivessem um ar aligeirado e despretensioso, em que as palavras e os gestos ocorressem de forma solta e natural, sem a atrapalhão da presença de papéis

¹⁴ Vasco Hogan Teves, *História da Televisão em Portugal (1955-1979)*. 1º vol. (Lisboa: TV Guia Editora, 1998), 158.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*.

ou simples cábulas, fez chegar aos estúdios uma inovação tecnológica – o teleponto¹⁷.

Em 28 de Março de 1974, Marcello «conversou» pela última vez. No dia seguinte, no telejornal da hora de almoço (por volta das 13h:45m) dir-se-ia¹⁸: “Os jornais da manhã assinalam com relevo as palavras proferidas aos portugueses pelo Professor Dr. Marcello Caetano, numa das suas habituais “conversas em família”. Focando pontos que estão presentes no espírito de todos, o Presidente do Conselho foi, sobretudo, extremamente oportuno nos temas que ventilou. Os problemas africanos foram, uma vez mais, definidos dentro da linha a que já nos habitou o Professor Marcello Caetano. As palavras do Chefe do Governo foram acolhidas com grande vibração patriótica em Angola. Nos recintos das pequenas colectividades, as instalações sonoras, estavam ligadas a aparelhos de rádio, de modo a que a assistência pudesse acompanhar a “conversa em família”. As palavras do Presidente do Conselho foram escutadas no meio do silêncio, e no fim estalaram ruidosas ovações. Foi particularmente sensível à população angolana a evocação que o Professor Marcello Caetano fez da sua visita em 1969. Muita gente recordava ter participado nas manifestações que acolheram Marcello Caetano, não escondendo a alegria que terão de poder, um dia, voltar a tê-lo novamente em Angola”.

4. A Família portuguesa

Não haverá, seguramente, dúvidas sobre que Família era esta, a quem se destinavam as «Conversas».

A organização sócio-política do Estado Novo assentava numa síntese de princípios de pedagogia e moral, radicados no Integralismo, orientados para a perfeição e a submissão: **Deus**, que dirige os destinos dos Povos e mandava respeitar os superiores e obedecer às autoridades; a **Pátria**, presente nos diversos continentes, com a sua História, a Língua, a Bandeira, o Hino e os seus valores, pedaço do mundo perfeito, sem violência, sem vícios, sem protestos, perfeitamente ordenado, em prol de quem o Homem-cidadão trabalha e se esforça, com elevação e na busca da perfeição; e a **Família**, núcleo central da sociedade, com o Pai na função de chefe, personificando a autoridade, a Mãe, submissa, esposa e dona da casa, e os Filhos que, reverentemente, saúdam o Pai, perante quem são obrigados a mostrar amor, respeito e obediência. O Professor é a autoridade na Escola. A Escola era o local privilegiado para a inculcação dos valores defendidos pelo Estado Novo. A juventude sofria “uma *manipulação permanente*, no sentido de lhe incutir a apreensão de uma concepção da história fundada no papel dos homens providenciais que tudo podem resolver, no culto do chefe, da disciplina, da trilogia central do Estado Novo: Deus – Pátria – Família”¹⁹.

É, pois, a “esta” **Grande Família Portuguesa**, do Minho a Timor, que Marcello se dirige: um grupo submisso, hierarquizado, reverente, temente, respeitador e obediente.

E por quê «conversar»?

As «Conversas» representavam um absoluto, embora dissimulado, objectivo político. O regime em que se vivia, de cariz autoritário e autocrático, permanecia assente na vontade do ditador Salazar. A voz e a participação populares não eram uma prática comum. Mas o desenvolvimento económico dos últimos anos e a abertura do acesso a estádios mais avançados

¹⁷ A RTP estreou o teleponto com Marcello Caetano. Mas só para o Chefe do Governo: apesar de o Telejornal precisar do aparelho (“onde bem falta fazia”), ele estava religiosamente, “escrupulosamente” guardado e reservado para Marcello Caetano, como refere Vasco Hogan Teves, em *História da Televisão em Portugal – 1955/1979*, 158. Este tipo de técnica viria a tornar-se um aliado fundamental dos “políticos que pretendem fazer discursos de ‘improviso’ evitando, deste modo, o incómodo e barulhento papel, tendo sido o ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, um exímio utilizador do sistema”, no dizer de Carlos Alberto Henriques, *Segredos da TV* (Lisboa: TV Guia Editora, 1994), 31.

¹⁸ Cádima, *O Telejornal e o Sistema Político em Portugal*, 639-640.

¹⁹ César de Oliveira, «Da Ditadura Militar à implantação do Salazarismo» in *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*. Vol. IV, dir. António Reis (Lisboa: Publicações ALFA SA, 1990), 31.

de formação académica contribuíram para se reduzirem os índices de ruralidade e, em compensação, fazer aumentar a concentração urbana, com o surgimento de uma nova burguesia e um conseqüente incremento da consciência cívica, que encarou positivamente a «Primavera Marcelista» (como chegaram a ser rotulados os primeiros anos da sua governação) e as promessas de “abertura” e liberdade. É, portanto, este enquadramento que vai justificar que o “mestre de comunicação” adeque o discurso e, em vez de, simplesmente, falar ao Povo, transmitindo-lhe as directrizes, opte por um processo mais enleante, de motivação e participação: fazendo jus aos que lhe reconheciam elevados dotes intelectuais e amplas capacidades comunicacionais, Marcello procurou tirar o máximo partido das potencialidades que a Televisão lhe proporcionava para comunicar directamente com as populações, em oratórias de pretensão «rigor», e procurar criar uma nova imagem do regime, mais aberta, dialogante e participativa. Consciente de que os tempos tinham mudado, procurou aligeirar a carga ditatorial e implementar um modelo reformador assente num amplo conjunto de velhas ideias e conceitos, que retomou e reformulou “à luz dos novos imperativos e da nova ética ditados pelas tarefas do desenvolvimento económico, da aproximação com a Europa ou de uma melhor justiça social”²⁰. Nisto se consubstanciava, afinal, segundo as suas próprias palavras, a «Renovação na Continuidade». Marcello discursava, expunha, propunha, anunciava, envolvia, engajava. Diriam, até, alguns, manipulava. E explicava ao País as medidas que o Governo tomava, procurando suscitar a adesão popular às suas ideias, e fazendo com que os portugueses se sentissem envolvidos e co-participantes na direcção dos assuntos do Estado.

5. «Renovação na continuidade»

Os primeiros anos de mandato ficaram assinalados como um período de intenso desenvolvimento económico, social e cultural, ainda que marcado pelos constrangimentos, internos e externos, resultantes duma guerra colonial que se prolongava (desacreditando o regime). Assistiu-se a uma onda de progresso e a uma melhoria generalizada das condições sociais, com a atribuição de pensões aos trabalhadores rurais e às profissões mais modestas. A Oposição pôde realizar, em Aveiro, o II Congresso Republicano, que reuniu várias correntes políticas, com excepção dos comunistas. Mário Soares, exilado na ilha de São Tomé, foi autorizado a voltar a Portugal. À imprensa, concedeu um grau de liberdade que, apesar de tudo (incluindo a Censura, que converteu em Exame Prévio), não existiu nos trinta anos anteriores. Uma nova lei eleitoral para a Assembleia Nacional²¹ estendeu o direito de voto a todas as mulheres (e não só às viúvas e diplomadas) e «garantia» à Oposição o acesso ao Parlamento e a fiscalização das eleições de 69, para controlar e evitar as fraudes. Aos estudantes, prometeu reformas e, apesar do fecho de faculdades em Lisboa e Coimbra, instruiu a Polícia para moderar as suas intervenções, designadamente reduzindo o prazo de detenção sem culpa formada, de 6 para 3 meses. A PIDE – um organismo secreto e poderoso – recebeu ordens para se enquadrar na lei, sendo proibida, por exemplo, de apreender livros por iniciativa própria. E na máquina do Estado, foi substituindo a velha estrutura salazarista por uma engrenagem mais liberal, a ponto de substituir os 11 governadores civis por homens mais «afinados» com a sua mentalidade.

Mas a sucessão de uma figura carismática não se mostrava uma tarefa fácil, não restando ao novo protagonista alternativas para além de continuar a obra do antecessor (ajustando-se

²⁰ Fernando Rosas, «Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)» in *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*. Vol. VII, coord. Fernando Rosas, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 547.

²¹ A Lei 2137, de 26 de Dezembro de 1968, publicada no Diário do Governo, I Série, nº 303, de 26.12.1968, apesar do enorme “salto” que representava, mantinha a limitação no sufrágio administrativo: para a designação dos membros dos corpos administrativos (juntas de freguesia, câmaras municipais e juntas distritais), as mulheres só podiam votar se fossem chefes de família.

aos apoiantes e às suas directrizes) ou de tentar fazer algo mais, procurando que os apoiantes aceitassem e aprovassem as novas orientações. Para que se compreenda melhor o desenlace, há que aceitar, como refere Jaime Nogueira Pinto²², que o regime estava “armadilhado” e pouco importava saber até onde Caetano queria ir. Facto decisivo era que uma facção do regime, com propósitos reformadores, cujo chefe fora chamado a presidir ao Governo, ao centro dos centros do poder político do Estado Novo, e, a partir de certa altura, o controle dos acontecimentos deixava de estar ao seu alcance: sobrepunha-se-lhe a cegueira dos políticos, a recusa de colaboração dos adversários ou dos reticentes, o egoísmo dos capitalistas, a estupidez da alta burguesia, as ilusões dos intelectuais irresponsáveis, a manobra da Igreja preocupada em não perder algum comboio vindouro e o problema ultramarino que a direita se recusava a compreender da única forma possível e que a ONU não deixava resolver pela única maneira que seria admissível para Portugal²³.

No dizer de Manuel Loff, o tempo de governo de Caetano seria um “puro período transicional”, sem uma identidade “politicamente própria”, devendo ser visto “como fase final, e mais intensa, de um processo social, económico e, finalmente, político de esgotamento da ditadura e de transição para a democracia, e para uma democracia particularmente diferente, pelo menos na sua fase inicial, de qualquer expectativa reformista que o Marcelismo pudesse ter alimentado”²⁴.

A seguir às eleições de Outubro de 1969, Caetano pensava que tinha mais saídas do que as que realmente teve e tentou compatibilizar um reformismo prudente e o desenvolvimento industrial com a manutenção da guerra, na esperança de ganhar tempo para promover uma autonomia progressiva em que as colónias participassem, “com duas únicas preocupações subjacentes: manter a presença e os interesses das centenas de milhares de colonos portugueses que lá estavam (especialmente em Angola) e garantir a integração das antigas colónias numa comunidade lusíada”²⁵.

6. Limitar as liberdades em defesa da liberdade

Em relação às liberdades individuais, Marcello explicou, detalhadamente, em entrevista a Alçada Baptista, que os constrangimentos impostos “foram criados por razões de interesse nacional e, direi até, com o objectivo de garantir e defender o maior número de liberdades individuais”²⁶. E a defesa de certos valores (como a ordem, a paz social, o trabalho, a propriedade, a defesa do território pátrio), parecendo sacrificar a liberdade e a vida humana, resultava de serem necessários à sobrevivência do homem na comunidade em que vive. Caetano entendia que, face a esta concepção do homem, “nem sempre as instituições democráticas foram quem melhor a defendeu”²⁷, acabando por não propiciar as soluções mais adequadas, ao mesmo tempo que expunham perigosamente as sociedades aos avanços das ideias revolucionárias do comunismo, levando “a que, muito legitimamente, as sociedades organizassem a sua defesa”²⁸.

Marcello não acreditava que o comunismo fosse capaz de conquistar democraticamente o poder, mas achava-o capaz de promover golpes de Estado e revoluções, criando instabilidades

²² Pinto, *O Fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril*, 56.

²³ Cunha Simões, *Crónicas da Província e Intervenções Parlamentares* (Alcanena: Ed. “A Província”, 1993), 14-15.

²⁴ Manuel Loff, «Marcelismo e ruptura democrática no contexto da transformação social portuguesa dos anos 1960 e 1970», *Espacio, Tiempo y Forma* (Série V, História Contemporânea, t.19, UNED, 2007), 146-147.

²⁵ Fernando Rosas, «Prefácio» in *A Transição Falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (Lisboa: Editorial Notícias, 2004), 20.

²⁶ António Alçada Baptista, *Conversas com Marcello Caetano* (Lisboa: Moraes Ed., 1973), 113.

²⁷ *Ibidem*, 114-115.

²⁸ *Ibidem*, 117.

que uma sociedade sem paz civil e social jamais conseguiria dominar. Ora, Portugal não tinha, como alguns países da Europa Ocidental, “fortes infra-estruturas económicas e sociais que lhes permitem suportar os inconvenientes e as perdas de energias que o funcionamento pleno das instituições democráticas normalmente acarreta”²⁹.

Por isso, as medidas restritivas de certas liberdades surgiam como coisa temporária, “só enquanto o povo português não soubesse usá-las *correctamente*, com responsabilidade, de modo a que constituíssem *um elemento de aperfeiçoamento e progresso social*, e não, como até aí, *um instrumento de destruição do homem e um meio de perturbação e de dissolução da vida colectiva*. Quando tal deixasse de acontecer, então os governos seriam poupados ao exercício da autoridade”³⁰.

O restabelecimento da liberdade de imprensa – afirmava – não se traduziria certamente no exercício de uma liberdade responsável. “Ora, *face à guerra e à subversão*, manter-se-ia, portanto, o «Exame Prévio», que, aliás, de acordo com instruções que dera à Comissão de Exame Prévio, dizia, se restringiria só, *quase*, a estes dois aspectos. Deste modo, o regresso à normalidade não dependia *só do Governo*, mas, essencialmente, *do retorno à normalidade da vida social*”³¹.

Quanto ao sufrágio directo e universal, segundo ele, só o seria de facto se as pessoas fossem esclarecidas e não influenciáveis pelo “clima de emoção e de paixão” dos períodos eleitorais, afectando a serenidade “que é essencial à formação da opinião e à liberdade de decisão”³².

7. Sociedades multi-raciais, a caminho da independência

Em relação ao Ultramar, Marcello acreditava que a colonização dos portugueses se fazia no sentido de uma humanização no contacto entre os povos. No seu entender, “a solidariedade mundial contra a miséria chegaria para considerarmos benéfica a presença europeia em África”³³. Em troca, os Africanos tinham “um mundo de valores que talvez possa compensar a desumanização e o tédio das nossas civilizações: a grande riqueza da sua vocação comunitária, a sua quase insensibilidade ao valor e à propriedade de bens. A sua capacidade de fantasia, de ritmo, de festa. A sua sensibilidade aos valores poéticos. Uma civilização que resulte da integração de todos estes valores estará de certo mais próxima do destino dos homens”³⁴. Por isso, ele se propunha continuar a trabalhar com o objectivo da construção de uma sociedade multirracial, assente na concretização da sua política: “o progressivo desenvolvimento e a crescente autonomia das províncias ultramarinas”³⁵.

Sobre a autodeterminação dos povos, em África, Marcello achava que os naturais nunca conseguiriam entender o sufrágio e que esse processo não os levaria à liberdade. E reforçava o pensamento dizendo que as formas de poder tradicionais africanas não desapareceriam com a outorga de uma constituição. Por isso, a autodeterminação, *por ora*, deveria reflectir-se pela multiplicação de hospitais e de escolas (que permitissem ensinar-lhes ofícios, práticas agrícolas, a formação de quadros e intelectuais), por dar-lhes apetrechamento técnico e explorar as riquezas, pondo-as ao serviço das comunidades locais, por partilhar com eles, “progressivamente e segundo as suas capacidades reais, o poder efectivo”. Tudo isto levaria a que, “progressivamente, todos

²⁹ *Ibidem*, 118-119.

³⁰ Rita Almeida de Carvalho, «A definição do Marcelismo à luz da revisão da Constituição» in *A Transição Falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (Lisboa: Editorial Notícias, 2004), 32.

³¹ *Ibidem*, 31-32.

³² Baptista, *Conversas com Marcello Caetano*, 121-122.

³³ *Ibidem*, 203.

³⁴ *Ibidem*, 217.

³⁵ *Ibidem*, 214.

vão ocupando e exercendo responsabilidades numa sociedade solidária de trabalho e criação³⁶.

Em entrevista concedida no exílio, já depois do 25 de Abril³⁷, Caetano viria a admitir, que, pouco após ter assumido o Governo, se vira forçado a reconhecer «que a política a seguir deveria conduzir à independência dos grandes territórios, como Angola e Moçambique, criando condições para se tornarem Estados», ainda que o não pudesse anunciar publicamente: “Eu não podia afirmar coisa em contrário da Constituição da República e da consciência do povo português. (...) No meu pensamento, a independência impor-se-ia por si na altura própria quando as condições para ela estivessem criadas e o povo português assim compreendesse. Eu não poderia anunciar que iria ser dada a independência numa altura em que, *é bom não o esquecer*, a grande maioria do povo português era contrária a essa ideia”.

8. O «nó górdio» da guerra

Segundo Vasco Pulido Valente, “Marcello tirou o país do passado³⁸, mas a maior parte das iniciativas que lançou em 1972 para concretizar uma reforma política e económica foi bloqueada, por não conseguir ultrapassar o poder dos «ultra» do regime. Ainda assim, “tudo visto e considerado, Marcello Caetano deixou o País muito melhor do que o encontrara: mais moderno, mais próspero, e, até, incontestavelmente, mais igualitário³⁹”.

Faltou-lhe, porém, a capacidade de entender, ou antecipar, que aqueles objectivos não se podiam dissociar “do omnipresente nó górdio que era a guerra nas três frentes africanas⁴⁰”. O desgaste provocado pela guerra do Ultramar viria a mostrar-se decisivo, devido ao elevado peso que representava na vida das pessoas e do País: o tempo, que passava, sem se vislumbrarem perspectivas de resolução dos conflitos, o descrédito que alastrava, os alinhamentos de interesses da Igreja (que se mostrava cada vez mais distante, quando não envolvida e cúmplice) e das ideologias de esquerda constituiriam uma multiplicidade de factores adversos que ensombravam o que de positivo se ia fazendo. A África era a pedra de toque para o sucesso ou insucesso da missão.

9. Quantas «Conversas»?

Para encerrar este ponto, debrucemo-nos sobre um aspecto que começa, desde já, a assumir particular importância: quantas vezes falou, de facto, Marcello aos Portugueses, utilizando o “figurino” específico das «Conversas em Família»?

A listagem fornecida pela ex-RTP refere 24 gravações, constatando-se que nem todas correspondiam a «Conversas». A listagem da ex-RDP, por sua vez, enuncia 29 gravações (tendo-se constatado que há simples excertos, gravações em duplicado e outras situações que não correspondem a «Conversas»).

O site da RTP, por seu turno, aludindo a programas que, de algum modo, fizeram “história” na vida da Empresa, refere: “Até ser deposto, a 25 de Abril de 1974, Marcello Caetano «conversou» com as famílias portuguesas **16 vezes**”.

Segundo Vasco Hogan Teves, na «História da Televisão em Portugal»: “O Presidente do Conselho aplicou-se em conversas familiares **dezasseis vezes**, até ser deposto, no 25 de Abril de 1974⁴¹”.

³⁶ Ibidem, 209.

³⁷ Jornal *O Mundo Português*, do Rio de Janeiro, edição de 25.06.1976.

³⁸ Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano – as desventuras da razão* (3ª Edição. Lisboa: Gótica, 2003), 69.

³⁹ Ibidem, 71-72.

⁴⁰ Fernando Rosas, «Prefácio» in *A Transição Falhada*, 14.

⁴¹ Teves, *História da Televisão em Portugal (1955-1979)*, 158.

Também Célia Maria Taborda da Silva, da Universidade Lusófona do Porto, menciona 16 sessões: “É Caetano a imagem do Regime e, como tal, é ele que estabelece a comunicação directa com os portugueses através de um programa televisivo, da autoria de Valadão, denominado *Conversas em Família*. (...) A primeira emissão foi para o ar em 8 de Janeiro de 1969 e **seguir-se-lhe-iam mais 15**, a última das quais realizada em 28 de Março de 1974, esta já proferida num tom amargo, por causa da sublevação das Caldas, e como que antevendo o futuro que lhe estava reservado”⁴².

Por sua vez, Rui Cádima, tanto na tese de doutoramento (pág. 514) como na obra já citada⁴³, refere, a propósito da morte de Salazar, uma hipotética «Conversa em Família», que teria ocorrido em 27 de Julho de 1970, mas que não foi, de facto, uma «Conversa em Família».

Concluído o estudo realizado, consubstanciado na Dissertação de Mestrado em História e Educação que a Autora apresentou em Setembro de 2011, pode fixar-se, com precisão e de forma sustentada, que **as «Conversas em Família» foram, de facto, 26**. Apenas um caso mantém, ainda, alguma nebulosidade, por não existir registo áudio-visual que permita desfazer as dúvidas: embora o tom e a estrutura sejam, em tudo, similares aos das «Conversas» e apesar de os registos da ex-RDP a identificarem como tal, a imprensa classifica-a como “comunicação”. É a do dia 15.01.1973. Poderá vir a constituir matéria de estudo posterior, através de uma análise detalhada e aprofundada que possibilite, em definitivo, demonstrar que se trata, de facto, de uma «Conversa».

10. Do «corpus» à fragmentação

Analisando o número de vezes em que ocorreram, em cada ano, em cada mês e em cada dia do mês, procurámos avaliar a frequência das «Conversas», concluindo que:

- a distribuição ao longo dos anos (Fig. 1) é praticamente uniforme e que, atento o número de ocorrências anual, a periodicidade ronda os 2-3 meses;

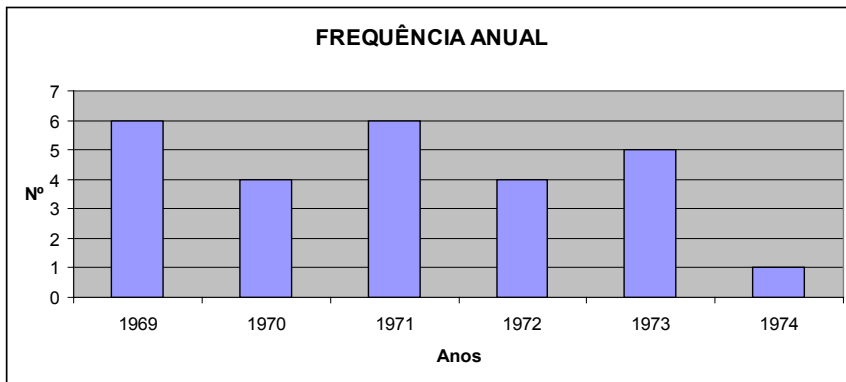


Figura 1 – Frequência Anual

- a distribuição das 26 «Conversas» ao longo dos meses (Fig. 2) já se mostra mais irregular: em Agosto (mês de férias, dos emigrantes, de festas e romarias) nunca ocorre, em Maio e Outubro

⁴² Célia Maria Taborda da Silva, *A Comunicação como Estratégia Política da Ditadura e da Democracia*. 6º Congresso SOPCOM (Lisboa: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Abril 2009), 3116.

⁴³ Francisco Rui Nunes Cádima, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (Lisboa: Editorial Presença, 1996), 253.

também é raro, mas o ciclo Novembro-Dezembro-Janeiro (ainda que se lhe junte Abril) é o mais regular (talvez porque os dias são mais pequenos e a invernia obriga as pessoas a estarem em casa);

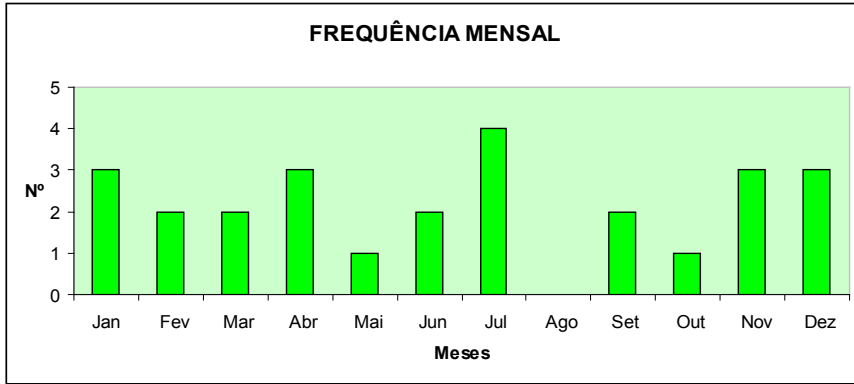


Figura 2 – Frequência Mensal

- a distribuição ao longo dos dias do mês mostra uma incidência maior nos dias 8, 15 e 16 e uma especial preferência pela segunda metade da primeira quinzena.

Depois de “estabilizada” a transcrição das «Conversas», procedeu-se ao seu estudo – na aplicação da técnica escolhida de análise de conteúdo –, escalpelizando o seu teor, através de «leituras» sucessivas e diversificadas, procurando determinar com precisão tudo quanto dele se poderia retirar que pudesse servir ao cumprimento dos nossos objectivos, e segmentando o texto por categorias, ou temas, numa primeira fase, e depois por sub-temas. Assim, acabou por se definir um conjunto de «temas» centrais, como Política Nacional, Política Externa, Política Ultramarina, Política Económica, Política Educativa e Política Social (identificados, e praticamente fixados, a partir dos «resumos» e das sínteses das gravações), que, em fase de exploração, acabaram por permitir a categorização de «sub-temas» como: Orçamento, Reforma Administrativa, Planos de Fomento, Inflação, Ensino Superior, Reforma do Ensino, etc.

Finalmente, e para cada uma das fragmentações consideradas, organizou-se um quadro-síntese de tratamento e agregação de informação, possibilitando, a final, a análise de conteúdos e um estudo comparado (com base na cronometragem dos tempos dedicados a cada um):

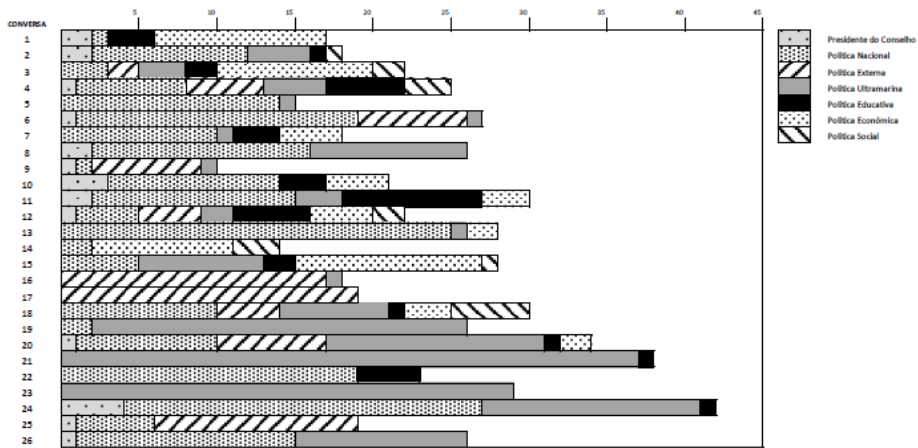


Figura 3 – Quadro-Síntese de análise dinâmica do discurso

- a duração média das «Conversas» foi de cerca de 25 minutos;
- a «Conversa» mais curta ocorreu em 7.07.1970 e durou pouco mais de 9 minutos, durante os quais foi explicado o incidente diplomático com o Vaticano, motivado pela audiência papal concedida aos líderes do movimentos terroristas de Angola, Moçambique e Guiné;
- a «Conversa» mais longa foi transmitida em 27.09.1973 e excedeu um pouco os 41 minutos, ao longo dos quais foi feita uma retrospectiva dos 5 anos de governação, com particular enfoque nas medidas de carácter social e desenvolvimentista entretanto adoptadas, na campanha eleitoral que se avizinhava e na crítica aos que, de forma orquestrada, apoiavam os movimentos terroristas no Ultramar;
- em metade das «Conversas», dedicou algum tempo a falar de si próprio e das tarefas e cansaças que preenchiam o dia-a-dia do Presidente do Conselho, tendo, inclusivé, na 11ª, abordado uma questão do foro privado, aludindo ao falecimento da Esposa, a propósito do que agradeceu a solidariedade manifestada pelos portugueses;
- só na 12ª «Conversa» abordou a totalidade dos temas;
- 22 «Conversas» versaram aspectos de Política Nacional e 20 ocuparam-se de Política Ultramarina. Foram os temas mais versados, pois correspondiam às maiores preocupações e às que exigiam mais «respostas» e mais explicações;
- as primeiras 13 «Conversas» foram mais diversificadas. Importa salientar que ocorreram no período de mais intensas e profundas reformas estruturais, económicas e sociais, coincidindo com a «Primavera Marcelista»;
- as últimas 13 foram mais focalizadas; e, a partir da 16ª «Conversa», a Política Nacional, a Política Externa e a Política Ultramarina dominaram o discurso. À medida que os problemas internos se agudizavam e o apoio externo escasseava, enaltecer o Acordo das Lajes, com os Estados Unidos (que não se tinham solidarizado com a política governamental nos conflitos do Ultramar), valorizar o quadro da relação com o Brasil, a pretexto da visita do Presidente Américo Tomás àquela ex-colónia, e apontar os graves incidentes ocorridos após a descolonização do Congo ex-Belga constituíram motivação para aumentar os tempos de antena. De igual modo, o agravamento das condições militares no terreno, fazia aumentar os tempos relativos dedicados à problemática ultramarina;

- no conjunto das várias «Conversas», os temas que mais tempo absorveram foram a Política Nacional (com mais de três horas e meia) e a Política Ultramarina (com quase três horas), seguindo-se-lhes a Política Externa (menos de uma hora e meia) e a Política Económica (pouco mais de uma hora);

- 14 «Conversas» incidiram sobre Política Educativa;

- 2 «Conversas» foram monotemáticas: uma sobre Política Externa (em 10.04.1972, a propósito da visita do Presidente da República ao Brasil, abordando as relações luso-brasileiras e fazendo um paralelo com as possíveis relações com África, no futuro) e outra sobre Política Ultramarina (em 26.07.1973, para denunciar o que considerava uma campanha tremenda de calúnias e mentiras, envolvendo a Oposição e a ONU, destinada a minar o espírito dos militares e a abalar a consciência dos cidadãos);

- houve 5 «Conversas» bi-polarizadas, sendo um dos pólos, em 4 casos, a Política Ultramarina, em 3 casos, a Política Nacional e em 2 casos a Política Educativa;

- 6 «Conversas» não abordaram Política Ultramarina;

- 4 «Conversas» não abordaram Política Nacional;

- a Política Social deixou de ser tema, a partir da 18ª «Conversa»;

- dos temas elencados, resulta evidente o conteúdo eminentemente político das alocações.

Conclusão

Marcello Caetano chefiou o Governo de Portugal, entre Setembro de 1968 e Abril de 1974. Sucedeu a Salazar e antecedeu a «Revolução dos Cravos».

Durante o seu mandato – e a exemplo do que, por todo o mundo ocidental, fizeram outros dirigentes políticos – procurou tirar o máximo partido das potencialidades que os meios de comunicação social disponibilizavam (especialmente a Televisão, que ele próprio ajudara a implementar em Portugal).

Não hesitaria, por isso, em se servir, de todas as virtualidades do processo. E assim, para além de, directa ou indirectamente, interferir nos conteúdos e na programação (designadamente assegurando que a oposição não lhe pudesse aceder de igual forma), ainda tratou de garantir um «canal» próprio e privativo, um espaço privilegiado de comunicação com os portugueses, as «Conversas em Família».

Marcello achava que era importante assegurar “rigor” na informação e desfazer boatos, a par de procurar que os portugueses se sentissem envolvidos e co-participantes na direcção dos assuntos do Estado.

As «Conversas em Família» terão sido 26 (havendo apenas um caso – 15.Jan.1973 – que suscita dúvidas). O estudo destes documentos, que constituem o *corpus* documental fixado para o trabalho proporciona um vasto manancial de informação que garantiria diversificados e amplos caminhos de investigação.

Da aplicação dos processos técnicos facultados pela «análise de conteúdo», conforme decorre das orientações definidas por Laurence Bardin, na obra com o mesmo nome, resultaram alguns indicadores, possibilitando descrever temas como Política Nacional, Política Externa, Política Ultramarina, Política Económica, Política Educativa e Política Social. Apertando a «malha» de análise, encontrámos sub-temas ou descritores como: Orçamento, Reforma Administrativa, Planos de Fomento, Inflação, Ensino Superior, Reforma do Ensino, etc. – como se mostra detalhadamente explicitado ao longo da apresentação.

Utilizou-se como método de medida a cronometragem dos tempos dedicados a cada fragmento considerado, cujos resultados foram traduzidos em quadros e gráficos que

possibilitaram, depois, a «leitura» e a conseqüente retirada de conclusões.

Questão fundamental e de primeira grandeza: Portugal. Portugal, a sua história, a sua cultura, a sua língua e os povos de além-mar, com quem, em nome de um passado, uma história e uma língua que se pretendiam comuns, se prosseguia o desígnio de edificar uma sociedade multi-racial e pluricontinental. Portugal que continuava a estruturar-se em torno da trilogia do Estado Novo: Deus-Pátria-Família.

Segunda questão: o Desenvolvimento. Que se apresentava sob múltiplas facetas, dos Planos de Fomento às reformas da Administração, às reformas sociais, às reformas políticas, às reformas do ensino. Cada uma delas explicada exaustiva e detalhadamente, de modo a que os portugueses assimilassem as iniciativas legislativas, as compreendessem e as interiorizassem, dispondo-se a participar activamente numa batalha que se tornava comum.

Terceira questão: a participação. Empolgados pelas iniciativas, engajados pelas «Conversas» e mobilizados para a participação, os portugueses mal se aperceberiam dos limites à plena vivência democrática, aceitando transigir, transitoriamente (em nome da defesa do Ultramar), com as limitações à democracia e às liberdades, com a subsistência da Censura/Exame Prévio.

Cada «Conversa» era como que uma aula e representava um enorme manancial de informação e conhecimentos transmitidos à generalidade dos portugueses. Mas, por trás de cada mensagem, apesar do tom informal, havia (encoberta) uma óbvia intencionalidade política: era a Televisão ao serviço da política, no seu máximo esplendor – a propaganda.

Anexo I - MATRIZ GLOBAL DE AFERIÇÃO DAS «CONVERSAS»

N.º	Data	RTP		N.º Document.º	RDP	Tempo	Diário Popular		Diário Notícias		Outros		Obs.
		N.º Cassete	N.º Documento				Duração	N.º Document.º	Supporte	Diário Notícias	Páginas	Páginas	
1	08.01.1969	LX061394XD	690005100	00:17:22	AHD1129	BA5F64	00:17:20	1.º pág - lanc	1.º pág - lanc	DL - 1.º pág - lanc	DL - 1.º pág - lanc	Primeira	
	09.01.1969	LX740143XS						1.º pág + 9ª	1.º pág + 2ª	DL - 1.º pág + 8ª	S - 1.º pág + 10ª		
	12.01.1969									JF - 1.º pág + 4ª			
2	08.02.1969	LX066052XD	690005200	00:18:10	AHD1130	BA5F64	00:18:22	1.º pág - lanc					
	10.02.1969							1.º pág - lanc					
	11.02.1969							1.º pág + 7ª					
3	07.04.1969	LX066053XD	690005300	00:20:40	AHD1696	BA5F64	00:20:38	1.º pág - lanc					
	08.04.1969							1.º pág - lanc					
	09.04.1969							1.º pág + 9ª					Não é CF a)
4	18.06.1969	LX066049XD	690005400	00:23:52	AHD1131	BA5F64	00:24:11	1.º pág - lanc					
	19.06.1969							1.º pág + 7ª					
	10.09.1969							1.º pág - lanc					
5	11.09.1969	LX066050XD	690005500	00:14:40	AHD1131	BA5F64	00:14:47	1.º pág - lanc					
	12.09.1969							1.º pág - lanc					
	12.09.1969							1.º pág + 6ª					
6	24.10.1969							1.º pág - lanc					
	25.10.1969							1.º pág + 7ª					
	17.12.1969	LX0510803XD	690005600	00:27:43	AHD1132	BA5F64	00:27:55	1.º pág - lanc					
7	18.12.1969							1.º pág + 7ª					
	14.01.1970	LX066036XD	700006900	00:17:46				1.º pág - lanc					
	15.01.1970							1.º pág + 7ª					
8	08.04.1970	LX066045XD	700010900	00:25:26	AHD1132	BA5F64	00:25:45	1.º pág - lanc					
	09.04.1970							1.º pág + 7ª					
	07.07.1970	LX066047XD	700011000	00:08:58	AHD1133	BA5F64	00:09:00	1.º pág - lanc					
9	08.07.1970							1.º pág + 7ª					
	16.11.1970	LX066046XD	700011100	00:21:30	AHD1133	BA5F64	00:21:40	1.º pág - lanc					
	17.11.1970							1.º pág + 2ª					
10	15.02.1971	LX066042XD	710013900	00:28:52	AHD1133	BA5F64	00:28:56	1.º pág - lanc					
	16.02.1971							1.º pág + 7ª					
	15.06.1971	LX066037XD	710014100	00:20:10	AHD1135	BA5F64	00:20:15	1.º pág - lanc					
11	16.06.1971							1.º pág + 7ª					
	00.00.1971	LX066044XD	710014000	00:28:50				1.º pág - lanc					data RTP
	22.07.1971							1.º pág - lanc					
12	23.07.1971							1.º pág - lanc					
	24.07.1971							1.º pág + 7ª					
	00.00.1971	LX066039XD	710013800	00:12:55				1.º pág - lanc					data RTP
13	20.10.1971							1.º pág - lanc					
	21.10.1971							1.º pág - lanc					
	22.10.1971							1.º pág + 7ª					
14	00.00.1971	LX066038XD	710014200	00:26:03	AHD1135	BA5F64	00:12:55	1.º pág - lanc					data RTP
	15.11.1971							1.º pág - lanc					
	16.11.1971							1.º pág + 7ª					
15	17.11.1971	LX061403XD			AHD1136	BA5F64	00:26:57	1.º pág - lanc					
	16.12.1971							1.º pág + 7ª					
	17.12.1971							1.º pág					Extracto
16	16.12.1971	LX066040XD	710014300	00:17:06	AHD1136	BA5F64	00:17:10	1.º pág					
	17.12.1971							1.º pág + 7ª					
	25.12.1971				AHD52	BA5F90	00:03:51						Mens. Natal

